

Aprovada na 837ª Sessão

ALADI/CR/Ata 836  
04 de junho de 2003  
Horas: 11h 40m às 13h

ATA DA 836ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Presidente do Comitê-Executivo – Secretário-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, senhor Yuri F. Yarov.

---

Preside:

ARMANDO LOAIZA MARIACA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Margarita Polverini e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso e Maria Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva e César Manuel Remis Santos (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja, Nancy Doria de Guggiani e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Julio Giambruno e Mariella Crosta (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela) e Yan Burliy e Pavel Zenkovich (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

---

PRESIDENTE: Damos início à sessão.

- O Comitê de Representantes recebe a visita do senhor Presidente do Comitê-Executivo – Secretário-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, senhor Yuri F. Yarov.

Damos início à 834ª Sessão, extraordinária, do Comitê de Representantes, para receber a visita do Presidente do Comitê-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, senhor Yuri F. Yarov.

Não vou fazer uma apresentação extensa sobre este ato, mas quero expressar que, como Presidente do Comitê, sinto-me, nesta manhã, particularmente honrado com a visita de uma personalidade desta importância, da Comunidade de Estados Independentes, sistema de integração regional que reúne uns doze Estados da antiga União Soviética, hoje prontos para buscar sua integração regional, como já disse o senhor Secretário-Geral, com problemas e enfoques bastante semelhantes aos que enfrenta nossa organização.

É uma visita que já tem antecedentes; no segundo semestre do ano passado o senhor Secretário-Geral, representando a ALADI, visitou Moscou para conversar com a Secretária do Comitê-Executivo da Comunidade de Estados Independentes e com o senhor Yarov. É por isso que eu valorizo muitíssimo a presença de um Representante de uma organização que congrega alguns países da antiga União Soviética, de uma região tão vasta como é a Européia, neste órgão político-diplomático.

Não vou me estender muito mas devo dizer que o senhor Yarov desempenhou-se com sucesso, primeiro como Representante no âmbito municipal, tanto na Prefeitura quanto nas Comissões Municipais de sua cidade natal, a bela cidade de Leningrado, depois foi membro do Poder Legislativo da Federação Russa, representando sua região e a cidade de Leningrado, mais tarde, Vice-Presidente do Soviete Supremo da Rússia e, depois, Vice-Primeiro Ministro da Federação Russa. Hoje ocupa a Presidência do Comitê-Executivo e é o Secretário-Executivo da Comunidade de Estados Independentes. Podemos observar que ele é uma pessoa com uma carreira, tanto acadêmica como política e técnica de alto nível, damos-lhe cordiais e afetuosas boas-vindas.

Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhor Presidente.

Em nome da Secretaria-Geral damos nossas mais cordiais boas-vindas ao Presidente-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, nosso querido amigo Yuri Yarov que, cumprindo estritamente o que nos prometera um tempo atrás, visita- nos, em nossa Sede.

Ontem nos contava que esta é sua segunda visita a América Latina. Antes tinha estado no Caribe e, agora, na América Latina continental, digamos.

Considero sua visita muito importante neste momento, pois vamos ter a oportunidade de ver outra dimensão da Comunidade de Estados Independentes, não apenas a dimensão política, mas também a econômica, desses Estados, que integram a Comunidade e que têm mudado substancialmente, sendo hoje um conjunto de nações pujantes, em pleno desenvolvimento. Sua visita contribuirá para que tenhamos uma visão aberta, tão necessária hoje, da inserção no sistema mundial.

Penso que sua presença, Presidente Yarov tem uma importância transcendental. Ontem comentávamos o projeto que estamos desenvolvendo aqui, na Associação, que tem as mesmas fraquezas e oportunidades, embora em outra dimensão, que o que os senhores estão vivendo na Europa Central e na Europa Oriental.

Desafios similares, mesmo que em regiões diferentes, com mecanismos diferentes mas todos com o mesmo propósito: procurar a integração dos países que, em seu caso, integram a CEI e, no nosso, a ALADI, e indo além, buscar, também, uma melhor inserção nos sistemas econômico e político mundiais.

Nós , nesta manhã, sentimo-nos muito orgulhosos de tê-lo aqui, o senhor enaltece nossa Sede com sua presença e, em nome de todos os funcionários da Secretaria-Geral, damos-lhe um grande abraço de boas-vindas e esperamos que sua estada em nosso país-sede também seja a mais grata e frutífera para as atividades que o senhor desenvolve. Bem-vindo!

PRESIDENTE: Ofereço a palavra ao senhor Yuri Yarov

COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES (Yuri F. Yarov) (Intérprete: Pavel Zenkovich): Muito obrigado.

Prezado senhor Presidente do Comitê, prezados Membros do Comitê, prezado senhor Secretário-Geral, senhoras e senhores,

Em primeiro lugar queria expressar meu cordial agradecimento pela possibilidade de estar aqui e de ter esta intervenção entre os senhores, agora permitam-me dizer algumas palavras sobre nossa organização, a Comunidade de Estados Independentes.

Em dezembro do 2002 comemoramos o Décimo Primeiro aniversário da formação da Comunidade de Estados Independentes. Este acontecimento pode ser considerado um dos mais importantes na história dos últimos anos, porque no território da antiga União Soviética se formaram novos Estados Independentes e uma nova organização político regional.

Os Estados, que em 1991 criaram a Comunidade de Estados Independentes e em 1993, a União Econômica, orientavam-se à inserção na comunidade internacional e aspiravam usar os benefícios dados pela Organização Internacional do Trabalho, pela especialização e pela cooperação da produção para chegar a seus interesses comuns.

Doze Estados Independentes formaram a Comunidade de Estados Independentes: a República do Azerbaijão, a Armênia, a Bielorrússia, a Geórgia, República do Cazaquistão, República do Quirguistão, República de Moldávia, Federação Russa, República do Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Ucrânia.

Juntas, representam 5% da população do planeta, 16,4% de seu território, 10% do potencial industrial mundial e 25% das reservas de recursos naturais.

A CEI é uma organização aberta, qualquer Estado que assuma as responsabilidades contidas nos documentos básicos da CEI pode ser seu membro. O *status* de Observador junto à CEI pode ser outorgado a qualquer Estado ou organização internacional ou intergovernamental, em função de sua solicitação.

O trabalho no âmbito da CEI realiza-se através de seus órgãos institucionais que são: o Conselho dos Chefes de Estado, o Conselho dos Chefes de Governo, o Conselho de

Ministros das Relações Exteriores, o Conselho Econômico, o Conselho de Ministros de Defesa, o Conselho dos Comandantes em Chefe das Tropas de Guardas de Fronteiras, Assembléia Interparlamentar, o Tribunal Econômico e o Comitê-Executivo da CEI, que eu represento.

Eu gostaria de dizer, ainda, que não sou o único representante do Comitê-Executivo, acompanha-me uma Delegação formada pelo Vice-Presidente do Comitê, o senhor Ostanakul Mirzaev, representante da República de Uzbequistão, e pelo senhor Rashid Khamidulin, Diretor do Departamento Administrativo do Comitê e representante da Federação Russa. Obrigado.

Segundo a Carta da CEI e os procedimentos do Conselho de Chefes de Estado e do Conselho dos Chefes de Governo, as decisões em todos os assuntos, com exceção dos de procedimento, são adotadas por consenso. Portanto, as decisões adotadas por esta via são consideradas obrigatórias para todos os Estados que a assinaram.

Os órgãos básicos e outros órgãos da CEI são apoiados em seu trabalho por uma ampla infra-estrutura de Conselhos Intergovernamentais e Interestatais, criados sobre a base dos acordos dos Estados, e trabalham com o objetivo de elaborar princípios conjuntos e regras de cooperação, fomentando sua realização prática.

No âmbito da CEI existem cerca de 70 Conselhos desse tipo, incluído o Conselho sobre o Transporte Ferroviário, o Conselho dos Chefes de Aduanas, o Conselho Interestatal de Divisas, o Conselho Coordenador dos Chefes dos Serviços Tributários, o Conselho sobre a Energia Elétrica, o Centro antiterrorista e outros.

Caso alguém esteja interessado em se aprofundar na estrutura desses Conselhos, eu gostaria de mencionar que ontem, no encontro com o senhor Secretário-Geral, entregamos-lhe um mapa com a estrutura do Conselho, apenas peço desculpas porque, por enquanto, existe unicamente em russo.

A base da atividade desses Conselhos está na coordenação das ações conjuntas dos países da CEI nas áreas de vital importância na economia e na esfera política, no desenvolvimento social, na cooperação militar, na cooperação em matéria de operações para a preservação da paz, na formação de uma base legal para seguir o processo de integração na Comunidade.

A maioria das decisões foram adotadas por iniciativa desses organismos e, da mesma forma que os convênios interestatais e intergovernamentais, que foram assinados pelos Membros da CEI.

Entre as principais prioridades da atividade da Comunidade de Estados Independentes estão as seguintes - para economizar tempo, eu vou apenas mencioná-las e meu colega, o tradutor, vai ler com mais precisão em que consistem.

A primeira é a formação de uma zona de livre comércio e o desenvolvimento da interação na esfera econômica. No âmbito desta prioridade temos que salientar que, nas circunstâncias contemporâneas, em 2 de abril de 1999 os Chefes de Estado da CEI tomaram a decisão de transformar a CEI em uma estrutura mais eficiente por meio da assinatura de um Protocolo sobre as emendas e contribuições ao acordo para a criação de uma zona de livre comércio, assinado previamente, em 15 de abril de 1994.

Todos os países da CEI chegaram à conclusão de que é imprescindível passar a uma estratégia de integração ativa, em cuja base está o objetivo da formação da zona de livre comércio.

A implementação do regime de livre comércio em grande escala, deve ser uma plataforma sólida, para passar a outras escalas de integração na esfera econômica. Este enfoque concorda plenamente com a política dos países da CEI, destinada a elevar o papel do Estado na realização de reformas econômicas nas formas de mercado e a passar o centro de maior peso de sua atividade para o setor real da economia.

A formação acelerada da zona de livre comércio coincide plenamente com os interesses dos países da CEI e dará a possibilidade de fortalecer substancialmente os laços econômicos e usar mais eficazmente seu potencial industrial.

A segunda prioridade objetiva a racionalização das relações de pagamentos e créditos sobre a base do uso conjunto das divisas nacionais e sua cotação livre.

A terceira, o desenvolvimento do complexo energético. no âmbito da CEI; nesse âmbito existe uma união Interestatal na esfera da energia elétrica, que é uma base para o posterior desenvolvimento do processo de integração para começar um diálogo energético leste – oeste, que abranja a organização do trabalho paralelo do sistema de energia dos países da CEI e, também, o sistema energético conjunto dos países bálticos e do sistema transeuropeu unido de energia elétrica, que funciona na Europa Ocidental, Central e Europa do Sudoeste, chamado de “TESIS”.

Toda a atividade nesta esfera deve se apoiar na aplicação de um balanço energético dentro da CEI. Sobre esta base aparece uma possibilidade, tomando como exemplo os países da OPEP, de determinar as atividades dos Estados da CEI, tanto exportadores quanto importadores de petróleo, gás, carvão e energia elétrica. Todos os acordos sobre esse desenvolvimento conjunto, no que respeita a investimentos e incremento da produção, dar-nos-á a possibilidade de criar uma base sólida para o desenvolvimento econômico dos países que participam deste processo, bem como permitirá ao setor privado confiar mais e trabalhar nesses projetos de desenvolvimento econômico a longo prazo.

Como resultado, elevar-se-á substancialmente a eficiência, não apenas das áreas da economia que trabalham com hidrocarbonetos e energia, mas de todas em geral.

A quarta prioridade é assegurar o trabalho das redes de transporte conjuntas. Em primeiro lugar, trata-se de um grupo de medidas que possibilitarão reduzir os custos de transporte e eliminarão as barreiras que existem nessa área.

As condições de transporte internacional entre os Estados da CEI, com os coeficientes conjuntos, que possibilitam fazer descontos para o transporte de cargas prioritárias e, também, a eliminação de barreiras técnicas e alfandegárias, junto com as medidas que possibilitam não usar o sistema de licenciamento durante a realização de transporte internacional por rodovias, todo esse conjunto de medidas possibilitará aumentar substancialmente, não apenas o volume das cargas transportadas, mas também os lucros do setor.

A quinta prioridade é a formação de um mercado agrário conjunto. O trabalho, no âmbito da CEI, destinado à formação do mercado agrário conjunto tem como objetivo, em primeiro lugar, garantir o comércio mútuo de produtos alimentícios, maquinaria agrícola e fertilizantes de produção própria e a criação de mercados de venda por atacado.

Além disso, temos por diante um trabalho muito sério sobre a modernização técnica das principais áreas da produção, sobre a base da divisão do trabalho, a cooperação, elevação do nível de competência dos produtores nacionais e, também, a determinação de prioridades para promover nossos produtores nos mercados de outros países.

A análise dos resultados reais na integração econômica mostra-nos que o potencial econômico conjunto dos países da CEI ainda não é usado plenamente e que temos amplas reservas.

Com esse objetivo, o Comitê-Executivo da CEI elaborou um projeto de plano de atividades prioritárias, destinadas a elevar a eficiência da interação dos Estados da Comunidade. Na esfera econômica o plano para os anos 2003 – 2010 visa concentrar-se naquelas áreas onde os esforços conjuntos podem ter maior efeito e uma possibilidade de adaptação conjunta às realidades econômicas do mundo contemporâneo.

As medidas previstas no plano visam a formação, no âmbito da CEI, de uma base legal voltada para os padrões internacionais no campo das relações econômicas interestatais, estando destinado, esse plano, à criação de um mecanismo eficaz de tomada de decisões no âmbito da CEI, aos efeitos de aumentar a responsabilidade dos Estados-Membros na realização dos acordos adotados e nas responsabilidades assumidas.

As medidas do plano estão destinadas também à eliminação, por etapas, das barreiras no comércio intra-CEI, à criação de um sistema de pagamentos eficaz, à formação de uma base legal sólida, que dará a possibilidade de garantir a concorrência nos mercados nacionais. Outrossim, a unir os esforços dos Estados-Membros, para realizar o trabalho da Comunidade com base em fatos concretos, focalizando as áreas que oferecerão maiores efeitos e maiores possibilidades de adaptação às realidades do mundo contemporâneo.

A realização desse plano permite abrir novos caminhos e ativar, não apenas as principais formas de integração, isto é, a cooperação industrial, a atividade de investimento conjunto do setor privado, mas também, a criação de estruturas industriais e financeiras e a aproximação da legislação dos Estados da CEI, no que respeita ao comércio exterior, aos impostos e aos regimes aduaneiros.

Dentro da CEI funciona um mecanismo de organização de laços interestatais e intergovernamentais, que possibilita considerar os diferentes graus de participação e preparo dos países-membros para participar dos processos de integração e oferece a cada um desses países a possibilidade de participar dos processos de integração da forma e nas áreas que contribuam, principalmente, para a realização de seus interesses nacionais.

Outra forma de realização de tendências de integração que ocorreu durante as reformas ocorridas nos países consistiu em uma tendência à regionalização do espaço econômico da Comunidade. Entre os anos 1994 e 2000, os Estados-Membros da CEI criaram uma série de agrupamentos regionais de integração de diferentes tipos, cujos objetivos diferem uns dos outros.

A primeira deles é a união da Rússia com a Bielorrússia, criada segundo acordo de 8 de dezembro de 1999, que começou a funcionar em 1º de janeiro de 2000.

Os principais objetivos da União na área econômica são: a criação de um espaço econômico conjunto para assegurar os processos de desenvolvimento econômico e social, sobre a base da unificação dos potenciais materiais e intelectuais dos Estados-Parte e também da formação de mecanismos de mercado nas economias. Outrossim, foi prevista a

realização de uma política acordada no campo social, destinada à criação de condições dignas para a população.

A Comunidade Econômica Européia-Asiática é uma organização internacional que inclui a República da Bielorrússia, a República de Cazaquistão, a República de Quirguistão, a Federação Russa e a República de Tadjiquistão, que em 10 de outubro do ano 2000 assinaram um Tratado sobre o estabelecimento da Comunidade Econômica Européia-Asiática.

Esta agrupação foi criada porque os Estados-Membros consideraram que poderiam avançar mais rapidamente nos processos de integração com relação aos processos gerais que têm lugar dentro da CEI.

A Comunidade Econômica da Ásia Central foi criada de conformidade com o Tratado sobre a criação do espaço econômico conjunto, assinado entre as Repúblicas do Cazaquistão, da Quirguízia e do Uzbequistão em 30 de abril de 1994, ao qual aderiu posteriormente a República do Tadjiquistão em 30 de março de 1998.

Os Estados-Membros dessa agrupação visam o aprofundamento da integração econômica e a interação baseada na integração por meio da criação, em etapas, da zona de livre comércio e da movimentação para um mercado comum.

Para eles, as esferas prioritárias de integração no momento atual são: a cooperação no setor agrícola, nos setores aquático e energético, prioritário para eles, no transporte, na cooperação industrial e também na criação de esquemas de pagamentos e créditos.

Outra agrupação tem o nome GUUAM e a cooperação, em seu âmbito, iniciou-se em 10 de outubro de 1997, durante a cúpula do Conselho da Europa, em Estrasburgo, onde os Presidentes da Geórgia, da Ucrânia, do Azerbaijão e da Moldávia chegaram ao acordo de formar uma união informal, assinando um comunicado conjunto, onde expressaram que tinham interesses estratégicos conjuntos. A República do Uzbequistão incorporou-se à organização em abril de 1999.

A GUUAM funciona como uma estrutura consultiva e abrange os assuntos de cooperação bilateral e multilateral, bem como os de segurança regional. Realiza uma busca de formas e mecanismos ótimos para atingir a integração econômica dos Estados da CEI.

Na primavera do presente ano, os Presidentes da Rússia, da Ucrânia, do Cazaquistão e da Bielorrússia tomaram a iniciativa de criar uma organização regional de integração. Seu principal objetivo é acelerar a integração entre aqueles Estados-Membros da Comunidade que têm o maior potencial econômico da CEI. A organização regional de integração dará a possibilidade de criar um Centro de Integração que seja um promotor e um gerador da integração econômica para outros países.

Um dos passos concretos no desenvolvimento da interação entre os Estados-Membros da CEI, podemos considerar que é o comunicado conjunto que os Presidentes do Cazaquistão, da Rússia e do Turcomenistão sobre o estudo e o aprofundamento dos laços econômicos ou comerciais na esfera da indústria do gás.

No âmbito desse comunicado conjunto, já foi assinado um acordo intergovernamental entre a Rússia e o Cazaquistão, que prevê a criação de uma empresa mista, que trabalhe na esfera do transporte de gás.

Esse acordo prevê a cooperação do Cazaquistão e da Rússia nas esferas da extração de gás, da construção e utilização de gasodutos e da exportação para terceiros países.

Nós consideramos que, aos poucos, outros Estados poderão aderir a este acordo. Outro passo prático na realização desta estratégia pode ser considerado um comunicado conjunto dos Presidentes da Rússia e da Ucrânia, que abrange a cooperação no âmbito da utilização do gasoduto que atravessa o território da Ucrânia, graças ao qual é possível garantir a exportação de gás aos países europeus.

Como resultado da cooperação no âmbito da CEI, muitos países chegaram a um certo nível de estabilização econômica. O produto interno bruto dos países da CEI nos anos 1999, 2000, 2001 e 2002 teve uma tendência de crescimento médio anual de 5%.

Mais ainda cresceram a produção industrial e o volume de investimentos no capital básico; esperamos que essa dinâmica interna dos Estados da CEI continue nos anos 2003 – 2004 e posteriores.

No corrente ano, o crescimento do comércio intra-CEI está aumentando 24 – 25%, exportação - importação.

O trabalho dessas organizações regionais se desenvolve em diferentes velocidades, às vezes desproporcionais, gerando certos problemas na coordenação da integração no âmbito da CEI, mas, também, possibilitando realizar a integração e a cooperação econômicas de forma mais efetiva e profunda.

Atualmente, a Comunidade tem se concentrado na tarefa que considera principal, que é o desenvolvimento da cooperação na área econômica, por meio da criação da zona de livre comércio.

A esse respeito, gostaria de lhes informar que, em setembro do presente ano, em Yalta, na Ucrânia, realizar-se-á a sessão ordinária do Conselho de Ministros, o Conselho de Chefes de Governo e o Conselho de Chefes de Estado e que já foi tomada a decisão de que nessa cúpula se proclame a conclusão da primeira etapa de formação da zona de livre comércio e o início de suas atividades.

Outra tarefa prioritária é unir nossos esforços na luta contra o crime organizado, o terrorismo internacional e outras formas do extremismo.

Nossos Estados, muito antes dos acontecimentos de 11 de setembro do 2001, tinham entendido o perigo do terrorismo, criando, em dezembro de 2000, um Centro Antiterrorista, com sede em Moscou e com uma filial na capital do Quirguistão, Bishkek.

Isso não foi devido a que os Chefes de nossos Estados fossem adivinhos, mas porque o Afeganistão está nas fronteiras da CEI, e já naqueles anos os talibãs armados atravessavam a fronteira, penetravam no território do Tadjiquistão, do Uzbequistão e do Quirguistão e tentavam realizar operações bélicas no território desses Estados. Então, como resposta a essa ameaça, tivemos de criar um centro antiterrorista e unir nossos esforços nessa matéria.

Mais uma tarefa prioritária para nós é tornarmos mais ativa a interação dos Estados da CEI com a ONU e com outras organizações internacionais e regionais, incluindo a ALADI. Aliás, eu não diria incluindo a ALADI, mas em primeiro lugar a ALADI, pois observo que

temos os mesmos enfoques, os mesmos problemas e as mesmas tarefas a enfrentar e resolver.

Agora gostaria, ainda, de lhes dizer várias palavras do ponto de vista organizativo e de procedimento, no que respeita à forma como trabalhamos na CEI.

O Conselho de Chefes de Estado reúne-se uma vez por ano e, também, anualmente realiza-se uma cúpula informal. Como essas reuniões não têm uma agenda básica, em cada cúpula os Chefes de Estado propõem assuntos para discussão, muito séria, e que, em muitos casos, termina com a assinatura de acordos concretos. Posso-lhes dizer que neste ano e no ano passado foram realizadas duas cúpulas informais e nos últimos cinco anos foram três.

O Conselho dos Chefes de Governo e o Conselho dos Ministros das Relações Exteriores reúnem-se duas vezes por ano. O Conselho Económico, constituído pelos Vice-Primeiros Ministros dos Governos, encarregados dos Assuntos Económicos dentro do Governo, durante os últimos anos reuniu-se quatro vezes por ano.

No âmbito do Conselho Económico funciona a Comissão Económica, que tem base permanente e é constituída por 12 Representantes Permanentes de cada país. Essa Comissão reúne-se na Sede do Comitê-Executivo, em Moscú.

Na sede do Comitê-Executivo, localizada em Minsk (Bielorússia), funciona o Comitê de Representantes Permanentes junto a todos os organismos da CEI.

Cada ano, a Presidência passa de um Estado a outro, seguindo a ordem do alfabeto cirílico, e os Co-Presidentes são sempre o Presidente anterior e o futuro Presidente.

Como na vida real nem sempre podemos seguir esta ordem, na última cúpula, realizada em Kishinev, capital da Moldávia, resolveu-se que esta ordem sempre terá de ser respeitada, no entanto, pode haver casos nos quais se tome uma decisão em contrário. Dessa forma foram acordadas as regras e a ordem, de acordo com a vida real.

Nas estruturas do Comitê-Executivo trabalham, no total, 220 funcionários.

Temos o Estado-Maior Conjunto, que dirige as operações realizadas pela CEI para preservar a paz. O contingente atual de forças da CEI para a preservação da paz é de 1.500 soldados e estão baseados em Abjazia (Geórgia).

Existe o Conselho dos Comandantes em Chefe das Tropas de Guardas de Fronteiras, o Comitê Estatístico da CEI, o Centro Antiterrorista da CEI e o Tribunal Económico. Em todo esse conjunto trabalham 550 pessoas, incluídas as 220 que eu já mencionei ao falar do Comitê-Executivo.

Durante cada um dos últimos quatro anos surgiram propostas para reduzir tanto as despesas como a planilha dos órgãos, por iniciativa dos Estados ou, muitas vezes, por iniciativa do próprio Comitê. A primeira redução radical que tivemos foi no ano 1999, quando reduzimos os funcionários de 1400 a 700, e no ano passado fizemos mais uma redução, para alcançarmos o número de 555 funcionários em janeiro de 2003.

Tem mais dois aspectos da atividade da CEI que eu gostaria de lhes apresentar. Em 2001, por decisão do Conselho de Chefes de Estado nos acrescentaram uma atividade, a de realizar tarefas de observação durante os processos eleitorais nos Estados da CEI. A

primeira experiência foi nas eleições presidenciais na Bielorrússia, no ano 2001. Em 2002 estivemos presentes nas eleições parlamentares na Ucrânia e, neste ano, temos a tarefa de participar de sete processos eleitorais nos Estados-Membros. Já estivemos presentes nos dois turnos nas eleições presidenciais e parlamentares na Armênia e no referendo na Tchetchênia. Em São Petersburgo, na cúpula informal, foi assinada uma decisão para enviar observadores da CEI às eleições presidenciais, que se realizarão no Azerbaijão. Em 2 de novembro estaremos nas eleições parlamentares na Geórgia e, em dezembro, nas eleições da Rússia.

Como vêem, isso está se tornando uma esfera muito importante e significativa de nosso trabalho. Para unir nossos esforços e trabalhar juntos nessa direção, unimos os esforços dos Coordenadores de vários organismos, como a Assembléia Interparlamentar da CEI, de um Coordenador Observador, representando os Tribunais Eleitorais de todos os países, e, também, de Coordenadores Observadores, que são designados diretamente pelos Chefes de Estado. Fazemos um trabalho muito importante, porque nós conhecemos melhor que os observadores que vêm de terceiros países a história, as realidades e o trabalho que já foi feito nesses países.

Isso possibilita que demos nossa opinião, que a Comunidade Internacional escute não apenas a opinião dos que não conhecem os países, mas também a nossa opinião. Além do mais, em nosso trabalho nos baseamos em um documento que se chama “O Conceito das Eleições Democráticas”, adotado, antes que qualquer outra organização regional, pela CEI, por decisão dos Estados. É nesse documento que nos baseamos durante nosso trabalho de observação das eleições.

Tem mais uma forma de trabalho que queria salientar. Além dos esforços conjuntos que realizamos na luta contra as drogas, nós unimos nossos esforços na luta contra a AIDS. Junto com o Comitê da ONU, sobre a AIDS, elaboramos um programa regional que, depois, foi aprovado pelos Chefes de Estado e que hoje está sendo implementado.

Penso que esta forma de trabalho conjunta com os diferentes Comitês da Organização das Nações Unidas é um trabalho proveitoso, tanto para nós quanto para eles, porque isso está no âmbito de sua busca de novas formas de trabalho, utilizando o potencial de nossas organizações regionais, como são a CEI e a ALADI.

Eles próprios estão muito interessados na realização desses programas, nos apóiam de maneira muito prática, com recursos financeiros, e manifestaram que estão muito interessados em que esse programa regional tenha êxito e seja realizado.

Por último, no Comitê-Executivo trabalham 24 funcionários designados conforme as quotas existentes. Um deles é o Presidente do Comitê-Executivo, que não representa nenhum Estado e é escolhido pelos doze países por um período de três anos e não há limite no que respeita à quantidade de vezes que pode ser reeleito. Eu ocupo o cargo pela segunda vez, e espero que seja a última. Pessoalmente, considero que o princípio de rotação, de mudanças, é muito importante, pois possibilita impulsionar o processo de integração e avançar mais.

Os outros 23 cargos designados por quotas são divididos da seguinte maneira: cada Estado tem sua quota de um cargo de Diretor de Departamento ou Vice-Diretor, totalizando 12, e as outras 11 quotas são divididas, sendo quatro vagas de Vice-Presidente, que se dividem com base no nível de contribuições dos países, também há rotação e a contribuição do trabalho que eles fazem no que respeita à tomada de decisões dos Chefes de Estado e à realização dos processos de integração. No momento, o primeiro Vice-

Presidente representa a Bielorrússia, e há também os Vice-Presidentes da Rússia, da Ucrânia, do Cazaquistão e do Uzbequistão. Os senhores devem ter observado que eu disse que eram 4 Vice-Presidentes e nomeei 5. Este assunto deverá ser tratado pelos Chefes de Estado, na cúpula de setembro, determinando quais serão os quatro Vice-Presidentes.

O resto das quotas também são repartidas com base nas contribuições de cada Estado à organização. Os senhores poderão comprová-lo, pois agora vou referir-me às quotas pagas pelos Estados-Membros para o Orçamento: a Rússia paga 50% com regularidade mensal, como um relógio, a Ucrânia, 14%, também não tem dívida; a Bielorrússia, o Cazaquistão e o Uzbequistão deveriam pagar 5%, e os demais países deveriam pagar 3% cada um.

Podemos considerar um grande trunfo dos últimos anos o fato de que já não há país que não pague nada no decorrer de um ano, todos pagam pelo menos um pouco. O orçamento é realizado com 80 - 82%. Neste ano, pela primeira vez, alguns Estados vão começar a pagar as dívidas que têm desde 2001, mas também pode ser algo que eu invejo de sua Associação. Os senhores, para 100 pessoas que trabalham permanentemente, têm um Orçamento de 4 milhões, nós para 550 pessoas, temos apenas 10 milhões, por isso há aspectos de sua organização que podemos invejar. Também o fato de os senhores tentarem reconstruir, retribuir as dívidas e conseguirem fazê-lo antes de nós mostra-nos que temos que aprender com os senhores.

Prezados colegas, prezadas senhoras e senhores, muito obrigado por esta recepção, tenho certeza de que nosso encontro contribuirá para o desenvolvimento de nossa interação.

Permitam-me entregar ao senhor Presidente do Comitê um livro sobre a história de 10 anos da CEI, um guia que explica toda a estrutura da CEI, está em russo, por enquanto, porque o único idioma da CEI é o russo, mas no futuro próximo será traduzido ao inglês e ao espanhol, e será enviado aos senhores, e também uma medalha comemorativa dos 10 anos da CEI.

Muito obrigado por sua paciência, por escutar minha longa intervenção. Obrigado por sua atenção.

- Aplausos

PRESIDENTE. Agradeço ao senhor Yarov por sua valiosa intervenção e vou descrever os atos que, a partir deste momento, serão realizados antes desta sessão concluir.

Vai ser assinado um acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da ALADI e a do Comitê-Executivo da Comunidade de Estados Independentes, depois nosso visitante vai assinar o livro de Visitantes Ilustres, mais tarde vamos entregar-lhe uma bandeja para recordar sua visita à Associação, vamos tirar uma fotografia com ele e, após o encerramento da sessão, teremos um vinho de honra em homenagem ao ilustre visitante.

- O Secretário-Geral e o Presidente do Comitê Executivo da CEI assinam o Convênio de Cooperação.

- O Presidente-Executivo da CEI assina o livro de Visitantes Ilustres e o Presidente do Comitê de Representantes entrega-lhe a bandeja.

- Aplausos

PRESIDENTE: Encerra-se a sessão. Obrigado.

---